

HISTÓRIA DO BRASIL NAÇÃO: 1808-2010
DIREÇÃO LILIA MORITZ SCHWARCZ

VOLUME 5

MODERNIZAÇÃO,
DITADURA
E DEMOCRACIA
1964-2010



COORDENAÇÃO
DANIEL AARÃO REIS

FUNDAÇÃO MAPFRE



CRONOLOGIA **13**

INTRODUÇÃO *Daniel Aarão Reis* **23**
AS MARCAS DO PERÍODO

PARTE 1 *Herbert S. Klein e Francisco Vidal Luna* **31**
POPULAÇÃO E SOCIEDADE

PARTE 2 *Daniel Aarão Reis* **75**
A VIDA POLÍTICA

PARTE 3 *Francisco Carlos Teixeira da Silva* **127**
O BRASIL NO MUNDO

PARTE 4 *Paul Singer* **183**
O PROCESSO ECONÔMICO

PARTE 5 *Marcelo Ridenti* **233**
CULTURA

CONCLUSÃO *Daniel Aarão Reis* **285**
E ASSIM SE FEZ UM PAÍS...

ÍNDICE ONOMÁSTICO **289**

OS AUTORES **295**

A ÉPOCA EM IMAGENS **297**

INTRODUÇÃO

DANIEL AARÃO REIS AS MARCAS DO PERÍODO

A MODERNIZAÇÃO TRANSICIONAL

Entre 1960 e 2010, no espaço concentrado de apenas meio século, o Brasil transformou-se, modernizou-se.

Os indicadores sociais o atestam. Ainda rural nos anos 1950 e primeira metade dos 1960, a sociedade rapidamente urbanizou-se. No início dos anos 1970, a maioria da população já vivia nas cidades. Trinta anos depois, 80% residiam em centros urbanos. Houve uma revolução demográfica, assinalando-se quedas drásticas da mortalidade infantil e da natalidade, mudanças históricas nas estruturas familiares, na esperança de vida, na participação das mulheres nos mercados de trabalho. A pirâmide etária modificou-se, aumentando consideravelmente a proporção dos mais velhos e diminuindo a dos mais jovens. Ao mesmo tempo, apesar de precariedades remanescentes, ampliaram-se de modo relevante os níveis de instrução e de saúde da população.

Indícios e forças favoráveis à modernização remontam longe no tempo. Mas foi a partir de 1930 que políticas neste sentido começaram a ser pensadas e implementadas pelo Estado, orientação que se aprofundou com a ditadura do Estado Novo (1937–1945). Na experiência republicana que se seguiu (1945–1964), sobretudo nos anos 1950, o processo ganhou consistência, suscitando tensões e contradições. Na última conjuntura do período, entre 1961 e 1964, instaurou-se uma crise, uma encruzilhada. A sociedade parecia dividida, à beira de um conflito catastrófico.

De um lado, um projeto reformista revolucionário. Caso implementado, modificaria radicalmente a distribuição do poder e da riqueza no país. De outro lado, o medo da revolução social e do caos. O contexto internacional, marcado por polarizações rígidas (EUA × URSS) e por vitórias

24 revolucionárias (Cuba, 1959; Argélia, 1962; movimentos de libertação nacional na Ásia e África), limitava as opções disponíveis.

Prevaleceu então a opção conservadora, instaurando-se uma ditadura civil-militar. Foi aceita para salvar a democracia, mas perdurou no tempo. Entretanto, manteve as políticas de modernização, mais uma vez dinamizadas e orientadas pelo alto, pelo Estado, acelerando-as como nunca, embora aprofundando tradicionais desigualdades sociais e regionais. Mesmo depois da ditadura, em alguns aspectos essenciais, o modelo continuou vigente, como na questão das desigualdades. Embora atenuadas, permanecem até hoje.

A partir da redemocratização, desde o início dos anos 1980, sem que o Estado perdesse o protagonismo, ocorreu outro processo, notável, de ampliação da cidadania, também com um denso passado.

Desde o Império e na Primeira República, é possível detectar crescentes aspirações por cidadania. O movimento de 1930 expressiu, em larga medida, estas tendências, reconhecendo direitos políticos (Constituição de 1934) e sociais (direito à sindicalização, à aposentadoria, ao salário mínimo, férias etc.). Num momento seguinte, porém, a ditadura do Estado Novo restringiria ou aboliria os primeiros direitos, mantendo e ampliando os segundos (a Consolidação das Leis do Trabalho [CLT] foi editada em 1943), construindo uma íntima associação entre Estado, ditadura, soberania nacional, direitos sociais e interesses dos trabalhadores: o que hoje conhecemos como tradição nacional-estatista.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e até 1964, o país conheceu uma outra experiência republicana, democrática, promissora do ponto de vista da ampliação da noção de cidadania, mantendo-se o protagonismo do Estado tanto na economia quanto na proteção dos direitos sociais.

A vitória da proposta ditatorial, em 1964, porém, breçou esta ampliação, defendida pelos movimentos reformistas-revolucionários derrotados. O Estado ditatorial economicamente modernizante seria politicamente antipopular, embora tenha mantido as estruturas corporativas sindicais (de patrões e de trabalhadores) e instituído ou consolidado direitos sociais (efetivação do Funrural, centralização dos institutos de previdência, férias de trinta dias etc.).

Em fins dos anos 1970, a ditadura suscitara uma contradição básica. Impulsionara a modernização do país, sofisticando as estruturas de sociabilidade e potencializando as aspirações por direitos, mas negou-os na prática. Não gratuitamente, uma repulsa geral marcou seu fim “lento, seguro e gradual”.

A partir dos anos 1980, concluída a difícil transição democrática, uma nova Constituição, a de 1988, consagrou os direitos sociais sob a égide do Estado, retomando um padrão historicamente celebrado pelas classes populares, instaurando, ao mesmo tempo, plenas liberdades democráticas.

Embora muitos dispositivos constitucionais ainda permaneçam abstratos para amplas maiorias, o fato é que têm legitimado lutas por direitos, o que se evidenciou nos governos de Fernando Henrique Cardoso/FHC (1995–2002) e, principalmente, nos de Lula (2003–2010). Não se trata apenas de ressaltar a distribuição de renda proporcionada pela adoção do Plano Real e/ou pelas políticas públicas do governo Lula, mas a aquisição de bens simbólicos, daí resultando o fato, inédito na história republicana, de consideráveis segmentos das classes populares encontrarem-se identificados com o país e seus símbolos, o regime e suas lideranças.

No conjunto, a modernização brasileira reiterou — em momentos decisivos — o papel primordial do Estado e a fraqueza das propostas liberais. No imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o governo liberal de Dutra foi incapaz, apesar de seus programas, de atacar as características essenciais do nacional-estatismo varguista que perdurou até 1964. O primeiro governo ditatorial entronizou-se com a perspectiva de realizar uma revolução liberal. Contudo, cedo foi levado a abandonar estes propósitos. Nos anos 1990, ainda sob a égide da hegemonia do liberalismo renovado, o chamado neoliberalismo, e da desagregação do socialismo soviético, sob os governos de Collor de Mello (1990–1992) e, em parte, de FHC (1995–2002), mais uma vez houve tentativas de implementar programas liberais (abertura de mercados, privatizações etc.). Entretanto, apenas parcialmente se concretizaram, chocando-se com resistências superiores a suas forças que, afinal, retornariam ao poder com os governos Lula (2003–2010). A crise de 2008, evidenciando as contradições e os limites do liberalismo, contribuiria ainda mais para consolidar as tradições nacional-estatistas no Brasil, com suas sístoles ditatoriais (1937–1945 e 1964–1979) e diástoles democráticas (1950–1964 e 1988–...).

Tais tradições devem seu triunfo, ao menos em parte, a duas ditaduras: a do Estado Novo, entre 1937 e 1945, e a civil-militar, entre 1964 e 1979. No entanto, de forma aparentemente paradoxal, a sociedade construiu em relação às ditaduras uma combinação de rejeição e memória do silêncio. Muito pouco se fala e menos ainda se estuda sobre as complexas relações estabelecidas, em distintas temporalidades, entre a sociedade e suas ditaduras. Um senso comum — raso — atribui o fato a uma suposta escassa memória social, mas isso significa esquecer que o silêncio é uma forma de memória (Laborie, 2003).

Mas por que esse silêncio em relação a regimes historicamente tão importantes? No que se refere ao Estado Novo, depois de 1945, apenas alguns liberais interessaram-se por esmiuçar os desvãos do regime varguista. Vozes no deserto. Prevaleceu, assim, o silêncio. O mais impressionante é

26 que, tantos anos depois, raros são ainda os historiadores a registrar que a tortura foi uma política de Estado durante a ditadura varguista. Alguns parecem ter pudor em sequer admitir que se tratou de uma ditadura, preferindo empregar eufemismos ou simplesmente ignorar a problemática, enquanto outros, sem pudor nenhum, comemoram acriticamente o advento da legislação trabalhista como se fora uma dádiva.

Quanto à ditadura que regeu os destinos do país entre 1964 e 1979, há diferenças, mas aspectos comuns. A grande diferença é que a recente ditadura é em geral demonizada. Prevaecem interpretações simplificadas e reducionistas (anos de chumbo, ditadura militar), onde se trata menos de estudar e compreender do que demonizar e exorcizar. Contudo, de modo geral, e este aspecto é comum, assim como fizera em relação ao Estado Novo, a sociedade tende a se recusar a encarar os fundamentos históricos da ditadura, o regime ditatorial como construção social, preferindo recordar o passado agora rejeitado com o silêncio, embora ele esteja vivo como carne viva.

Não seria difícil identificar as forças políticas interessadas. As misérias do Estado Novo foram protegidas por uma coalizão disparatada, formada por oligarcas, trabalhistas e comunistas. Interesses diversos com um denominador comum: não era o caso de *processar* o varguismo. Mais tarde, o fato de Vargas ter voltado ao poder eleito democraticamente, *nos braços do povo* e, sobretudo, o ato político do suicídio, suscitando admiração entre amigos e inimigos, contribuíram também para a memória do silêncio.

As chagas da ditadura mais recente, cujo bode expiatório são os militares, também são encobertas pelos seus numerosos promotores e beneficiários, sem falar nos *heróis da resistência*, os verdadeiros e os fictícios que pouco ou nada teriam a ganhar com a melhor compreensão do período.

Se é possível identificar as forças interessadas no silêncio, resta explicar por que elas encontraram e encontram ainda respaldo social.

Uma das chaves essenciais para a compreensão do fenômeno pode estar no fato de que as referidas ditaduras foram apenas momentos de uma história mais longa, cujos fortes laços com o passado e o futuro não são difíceis de evidenciar.

Instauraram-se sem dar um tiro. Encerraram-se sem levar uma pedrada. Mantiveram mais do que romperam tradições com o passado. E construíram pontes — não destruídas — com o futuro. O que as distingue, assim como o processo de modernização e a ampliação da noção de cidadania, é o seu *caráter transicional*.

Não é que as coisas mudem para ficarem como sempre foram, segundo a clássica postulação dos conservadores. Contrariando estes e os céticos de todas as cores, elas mudam e têm mudado, e profundamente, mas de